



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**PARECER JURÍDICO TRF2 1406591**

Senhor Diretor-Geral,

Encontram-se os autos em fase de homologação do resultado relativo aos itens 6 e 8 do Pregão Eletrônico nº 90023/2025, que tem por objeto a aquisição de licenças de softwares diversos para a Justiça Federal da 2ª Região, através do Sistema de Registro de Preços, ressaltando que já se encontram homologados os procedimentos relativos aos demais itens.

Vale ressaltar que por ocasião da abertura do Pregão, em 17/06/2025, havia sido aceita e habilitada proposta para os referidos itens. Entretanto, por meio do Despacho 1361853 a referida proposta foi desclassificada, procedendo a COLICI à reabertura do certame para os referidos itens.

Assim, de acordo com os Termos de Julgamento/Habilitação 1395185 e 1406241, respectivamente, os referidos itens foram aceitos e habilitados às seguintes empresas:

**H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA.**

Item 6, pelo valor unitário de R\$ 1.610,13 e total de R\$ 17.711,43;

**57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA**

Item 8, pelo valor unitário de R\$ 5.430,00 e total de R\$ 10.860,00

A esse propósito, cabe destacar a manifestação do setor técnico, exposta no Parecer 1390979, ratificado pela STI no Despacho 1392877, informando que as propostas habilitadas atendem às especificações editalícias, inclusive quanto à capacidade técnica.

Com relação ao item 8, adjudicado à empresa **57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA**, registra-se que foi realizada diligência para complementação da instrução processual, tendo a empresa apresentado a proposta atualizada, conforme documento nº 1405259, atendendo à solicitação formulada pela Coordenadoria de Licitações.

Anota-se que os documentos exigidos por lei foram apresentados pelas empresas, com destaque para as propostas, atos constitutivos e atestados de capacidade técnica:

**H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA.:**

Proposta – (1389196)

Ato Constitutivo – (1085448).

Atestado de Capacidade Técnica – (1389200).

Consulta ao portal do TCU e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ, conforme documentos contidos nos 1408764.

**57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA.:**

Proposta – (1389235, atualizada no 1405259)

Ato Constitutivo – (1389239).

Atestado de Capacidade Técnica – (1389247).

Assinala-se, outrossim, a juntada dos documentos que objetivam a comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista das empresas, na data da abertura da sessão do Pregão Eletrônico:

**H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA:** 1085476 e 1406623 e Certidão Negativa de Débitos Estadual (1395176).

**57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA.:** 1389253 e 1406635.

Entretanto, verifica-se na Declaração do SICAF /Ocorrências/Impedimentos da Empresa 57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA ( 1406635) a anotação de Impedimento de Licitar e Contratar - Lei 14.133/2021, art. 156, inc. III. Embora o Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar (fl. 4) informe que o âmbito da referida ocorrência é ao órgão sancionador, no caso, o Conselho Regional de Farmácia - SC, assim dispõe o § 4º do inciso III do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

(...)

III - impedimento de licitar e contratar

(...)

§ 4º A sanção prevista no inciso III do *caput* deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos." (grifo nosso)

De acordo com a Lei nº 3.820/60, alterada pela Lei nº 9.120/95, a natureza jurídica dos Conselhos Regionais de Farmácia é Autarquia Federal.

Sobre a questão, cabe trazer excerto da posição externada pela Equipe Técnica da Consultoria Zênite, em texto publicado no BLOG Zênite de 11 de junho de 2025, ao responder questão sobre qual a abrangência do impedimento de licitar e contratar, previsto no artigo 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021:

"Até o advento da Lei nº 14.133/21, havia divergências quanto ao alcance das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, III, da Lei nº 8.666/93) e de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios (art. 7º da Lei nº 10.520/02). A posição majoritária, representada pelo TCU no Acórdão nº 2.243/2013, do Plenário, foi construída no sentido de que "a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto a prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar" (destacamos).

Contudo, a Lei nº 14.133/21, ao disciplinar a penalidade equivalente (impedimento de licitar e contratar), o fez de forma a abranger todo o ente federativo da entidade sancionadora, à semelhança do que ocorria na sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

A partir da literalidade da norma, a doutrina vem defendendo, de forma praticamente uníssona, que os efeitos da penalidade abrangem todos os órgãos e entidades do ente federativo a qual está vinculada a entidade sancionadora, inclusive entidades da Administração Indireta e de outros poderes. Sobre o tema, Joel de Menezes Niebuhr afirma:

"Sendo assim, o referido § 4º do artigo 156 limita a incidência da sanção de inadimplemento a todos os órgãos e entidades que compõem a Administração direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção. Então, por exemplo, se autarquia federal aplica a penalidade de impedimento, a empresa apenas não pode participar de licitação e contratar com a própria autarquia e com qualquer outro órgão e entidade federal, da Administração direta e indireta. É permitido à empresa apenas participar de licitações e firmar contratos administrativos com os demais entes federativos, estados, Distrito Federal e municípios".[1](Destacamos)

(...)

Em síntese, a penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 156, inc.

III, da Lei nº 14.133/21 repercute efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção."

Diante disso, entende-se que a Empresa 57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA não reúne condições para contratar com este Tribunal, recomendando-se que não seja homologado o resultado do item 8, com a consequente desclassificação da proposta e posterior encaminhamento à COLICI para providenciar a reabertura do procedimento e dar prosseguimento ao certame para o item 8.

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela homologação do item 6 do Pregão Eletrônico nº 90023/2025, em favor da Empresa H J TELECOM REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA., conforme o Termo de Julgamento/Habilitação 1395185, e pela desclassificação da proposta da empresa 57.429.093 MARIA APARECIDA RIBEIRO DE BRITO ROCHA, em razão da anotação de Impedimento de Licitar e Contratar - Lei 14.133/2021, art. 156, inc. III contido na Declaração do SICAF /Ocorrências/Impedimentos (1406635).

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **ELINDSON ELIEL CRUZ MENDES DA SILVA**, **Coordenador**, em 28/11/2025, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA REBELO TAVARES DA SILVA**, **Assessora**, em 28/11/2025, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1406591** e o código CRC **96625B20**.